

LEI N°2300/2009

EMENTA: Estima a RECEITA e fixa a DESPESA para o exercício financeiro de 2010.

O Prefeito do Município de São Lourenço da Mata no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores do Município aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - O Orçamento Geral do Município de São Lourenço da Mata, para o exercício financeiro de 2010, discriminado pelos anexos integrantes desta Lei, que estima a RECEITA em R\$ 87.012.000,00 (oitenta e sete milhões e doze mil reais) e fixa a DESPESA em igual valor.

Art. 2º - A RECEITA será realizada mediante arrecadação de tributos, suprimento de fundos e outras fontes de renda na forma da legislação vigente e das especificações constantes dos anexos e subanexos de acordo com o seguinte desdobramento:

RECEITAS CORENTES	78.362.000,00
Receita Tributária	3.726.000,00
Receita de Contribuições	1.000.000,00
Receita Patrimonial	350.000,00
Receita de Serviços	2.000.000,00
Transferências Correntes	79.420.000,00
Outras Receitas Correntes	1.756.000,00
RECEITAS DE CAPITAL	8.650.000,00
Alienação de Bens	50.000,00
Transferência de Capital	8.600.000,00
DEDUÇÕES DE RECEITAS PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB	-9.890.000,00
Deduções Transferências da União para formação do FUNDEB	-6.806.000,00
Deduções Participação na receita do Estado p/formação FUNDEB	-3.072.000,00
TOTAL GERAL	87.012.000,00

Art. 3º - A DESPESA será realizada na forma dos quadros analíticos constantes dos anexos e subanexos, conforme discriminação seguinte:

DESPESA POR CATEGORIA ECONÔMICA

DESPESAS CORRENTES	71.674.000,00
Pessoal e Encargos Sociais	41.854.000,00
Juros e Encargos da Dívida	120.000,00
Outras Despesas Correntes	29.700.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	15.338.000,00
Investimentos	14.698.000,00
Inversões Financeiras	100.000,00
Amortização da Dívida	540.000,00
TOTAL GERAL	87.012.000,00

DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO

01 – Legislativa	3.492.000,00
02 – Judiciária	530.000,00
04 – Administração	7.160.000,00
06 – Segurança Pública	100.000,00
08 – Assistência Social	4.840.000,00
09 – Previdência Social	1.950.000,00
10 – Saúde	20.620.000,00
12 – Educação	27.250.000,00
13 – Cultura	2.750.000,00
15 – Urbanismo	15.820.000,00
17 – Saneamento	400.000,00
18 – Gestão Ambiental	350.000,00
20 – Agricultura	637.000,00
23 – Comércio e Serviços	313.000,00
26 – Transporte	600.000,00
27 – Desporto e Lazer	200.000,00
TOTAL GERAL	87.012.000,00

DESPESAS POR ÓRGÃOS

01 – Legislativa	3.492.000,00
02 – Judiciária	530.000,00
04 – Administração	7.160.000,00
06 – Segurança Pública	100.000,00
08 – Assistência Social	4.840.000,00
09 – Previdência Social	1.950.000,00
10 – Saúde	20.620.000,00
12 – Educação	27.250.000,00
13 – Cultura	2.750.000,00



15 – Urbanismo	15.820.000,00
17 – Saneamento	400.000,00
18 – Gestão Ambiental	350.000,00
20 – Agricultura	637.000,00
23 – Comércio e Serviços	313.000,00
26 – Transporte	600.000,00
27 – Desporto e Lazer	200.000,00
TOTAL GERAL	87.012.000,00

DO ORÇAMENTO DO FUNDO FE PREVIDÊNCIA DE SÃO LOURENÇO DA MATA

Art. 4º - O Orçamento do FUNDO DE PREVIDÊNCIA para o exercício financeiro de 2010, estima a RECEITA em R\$ 4.900.000,00 (quatro milhões e novecentos mil reais)) e fixa a DESPESA em igual valor, conforme discriminação em anexos desta Lei.

Art. 5º - A RECEITA será realizada na forma da legislação em vigor, com o seguinte desdobramento:

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS.....R\$	4.900.000,00
Receitas de Contribuições.....R\$	4.300.000,00
Receita Patrimonial.....R\$	550.000,00
Outras Receitas Correntes.....R\$	50.000,00
TOTAL GERAL.....R\$	4.900.000,00

Art. 6º - A DESPESA será realizada na forma da legislação em vigor, com o seguinte desdobramento:

DESPESAS CORRENTES.....R\$	4.880.000,00
Pessoal e Encargos Sociais.....R\$	4.670.000,00
Outras Despesas Correntes.....R\$	210.000,00
DESPESAS DE CAPITAL..... R\$	20.000,00
Investimentos.....R\$	20.000,00
TOTAL GERAL..... R\$	4.900.000,00

Art. 7º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a:

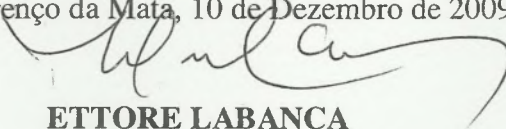
I – Abrir crédito suplementar até o limite de 30% (trinta por cento) do total da receita estimada nesta lei, para atender a insuficiência nas dotações orçamentárias, de acordo com o que dispõe o art. 7º, inciso I e art. 43 § 1º, incisos I, II e III da Lei Federal nº 4.320 de 17.03.1964.

II – realizar operações de crédito por antecipação da receita até o limite de 5% (cinco por cento) do total da receita estimada nesta lei de acordo com o que dispõe o art. 7º, inciso II da Lei Federal nº 4.320 de 17.03.1964.

Art. 8º - Esta Lei entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2010 e terá vigência até o dia 31 de dezembro do mesmo ano.

Art. 9º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Lourenço da Mata, 10 de Dezembro de 2009



ETTORE LABANCA
-Prefeito-